

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2004, ÀS 15:00 HORAS.

ATA Nº 016

PRESIDENTE - DEPUTADO HUMBERTO BOSAIPO

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Boa-tarde a todos!

Queremos agradecer a presença da diretoria do SINTEP.

Com a palavra, o professor Júlio César Martins Viana, para que ele possa, em nome do SINTEP, nos colocar a situação da educação em Mato Grosso.

O SR. JÚLIO CÉSAR MARTINS VIANA - Boa-tarde, Sr. Presidente desta Comissão de Educação da Assembléia Legislativa de Mato Grosso e Deputada Verinha Araújo.

Muito nos honra a possibilidade de dialogar nesta Comissão. Não só os trabalhadores da educação, mas a sociedade de Mato Grosso tem uma expectativa que ela possa apontar rumos, soluções para a situação vivenciada no contexto educacional de Mato Grosso.

Permita-me, Sr. Deputado e Sr^a Deputada, fazer um pequeno percurso no tempo, para que nós possamos contextualizar historicamente o momento que vive a educação hoje, não só em Mato Grosso, mas em todo o país.

Agora, no mês de julho de 2004, estaremos completando 10 anos da primeira Conferência Nacional de Educação, realizada no final do Governo Itamar Franco.

Aquela comissão, em função de acordos internacionais firmados pelo Brasil sobre a Educação para Todos, fez uma avaliação da realidade da educação brasileira, principalmente, enfocando a qualidade no aspecto aprendizagem. Essa conferência gerou depois diversos grupos de trabalho, inclusive, um deles coordenado pelo professor Walter Barelli, coordenador de um instituto na UNICAMP, que ficou encarregado de uma avaliação, um estudo situacional estratégico da educação brasileira.

As conclusões daquela conferência, posteriormente comprovadas por esse estudo realizado na UNICAMP, instituição de pesquisa acima de qualquer suspeita, referência internacional, principalmente na questão educacional, eram de que os problemas da educação brasileira, o principal, passavam por atender a uma situação, a um tripé. Primeiro, garantia de profissionalização e valorização dos trabalhadores da educação, entendendo que os trabalhadores da educação não seriam somente aqueles que realizam as atividades docentes no contexto de cada sala de aula, mas todos os atores e as atividades que compõem e que dão suporte à questão educacional, desde o porteiro da escola ao diretor da escola.

Nesse quesito profissionalização e valorização, três aspectos eram considerados como estratégicos. Primeiro, a formação inicial e continuada dos profissionais da educação, de maneira a garantir um dos principais aspectos da profissionalização, que é a formação específica para desenvolver determinada atividade e atender determinada demanda no setor produtivo, seja ele da educação, seja de qual for o ramo de atividade. O segundo aspecto era da dedicação exclusiva desse profissional a uma única carreira, numa única unidade de trabalho, tendo em vista que a sobrecarga resultava numa depreciação das condições psicológicas e intelectuais desse profissional, comprometendo o resultado do seu trabalho. E o terceiro, consequência disso, principalmente no

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2004, ÀS 15:00 HORAS.

aspecto valorização, era assegurar um piso salarial e uma carreira, uma jornada de trabalho capaz de garantir as condições de sobrevivência e de valorização desse profissional, não só no aspecto social, mas no aspecto econômico, para garantir essa dedicação exclusiva a uma única unidade escolar e também ser estimuladora do seu aprofundamento profissional cada vez maior.

O outro aspecto importante era a questão da democratização das relações no contexto educacional e também o financiamento dessas ações, garantindo pelo Estado os recursos já produzidos pela sociedade, os meios financeiros necessários e suficientes para o desenvolvimento dessas duas outras questões.

Mato Grosso, fiel a essa participação e, considerando, inclusive, que o Governo do Estado de Mato Grosso, na ocasião governado pelo então Governador Jaime Campos, foi signatário de uma carta-compromisso assinada em Brasília, da qual também a CNT, a Central Única dos Trabalhadores e o Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Público de Mato Grosso - SINTEP também eram signatários, comprometendo-se a envidar todos os esforços necessários para que, nos 10 anos que se sucedessem, pudessemos avançar no contexto educacional de todo país, em particular, no nosso caso, aqui em Mato Grosso.

Nós, o SINTEP, procuramos, durante todo esse período, ser fidelíssimo àquele compromisso assumido. Não envidamos esforços para que nós pudessemos, com a nossa contribuição, com a forma que competia a nós, no contexto dessa sociedade, assegurar aquilo que tínhamos nos comprometido lá em Brasília, em julho de 1994.

Parte desse compromisso gerou três marchas estaduais dos trabalhadores da educação, algumas delas reunindo aqui na Capital mais de trinta mil trabalhadores da educação, pais, mães, alunos e alunas da escola pública. Foram anos, quilômetros, horas de reuniões dedicadas pelos profissionais da educação para formular suas propostas, seus projetos, convencer a sociedade, dialogar com o Poder constituído, no sentido de estabelecermos, avançarmos o máximo possível naquilo que podia ser garantido pela sociedade de Mato Grosso.

No período de 94 a 98, mais particularmente de 95 a 98, foi constituída uma comissão estadual paritária, naquela ocasião, composta por representantes do Poder Executivo e da categoria, considerando alguns princípios já estabelecidos com o Governo do Estado, na ocasião, Governador Dante de Oliveira, para a formulação de um projeto de lei que garantisse uma carreira que tivesse fidelidade àqueles compromissos assumidos tanto pelo Estado de Mato Grosso como pelos trabalhadores da educação na conferência nacional.

O resultado desses anos de trabalho concretizou-se no dia 17 de setembro de 1998, quando esta Assembléia Legislativa votou e aprovou a Lei Complementar nº 50, denominada de LOPEB, que, se não tinha tudo aquilo que almejávamos, significava um avanço significativo, perdoe-me a redundância, no sentido de garantir aquilo que era o compromisso assumido pela sociedade brasileira e pelos governos da ocasião na I Conferência Nacional de Educação.

Posteriormente, em 1º de outubro, foi sancionada a lei aprovada aqui em 17 de setembro, quando passou a vigorar e a orientar a organização da carreira dos trabalhadores da educação em Mato Grosso.

Muito daquilo que era essencial para manter os princípios estabelecidos na Conferência não foi possível na lei. Sabemos que a lei é um processo negociado, principalmente numa sociedade democrática onde as partes têm que ceder ou irá finalizar de acordo com as correlações de forças possíveis naquele momento.

Nós cedemos. Para garantir a implantação da LOPEB naquela ocasião, nós aceitamos de que, por exemplo, a progressão da carreira do profissional da Educação de nível superior em relação ao de nível médio se reduzisse de 82%, a maior do que era na carreira antiga, para 50% do que é na carreira atual. Aceitamos a redução da nossa jornada de trabalho, que era de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2004, ÀS 15:00 HORAS.

40 horas para 30 horas. Para se ter uma idéia, o piso salarial previsto numa jornada de trabalho de 40 horas seria de quinhentos e sessenta reais, e nós aceitamos um piso salarial de quatrocentos e sessenta e cinco para 30 horas, porque entendíamos que isso era a parte que nos tocava de sacrifício, para garantir à sociedade de Mato Grosso uma legislação que tivesse a capacidade de modernizar as relações de trabalho entre os profissionais da Educação e o Estado.

Sofremos, enquanto Sindicato, duras críticas de alguns setores da nossa categoria e, inclusive, da sociedade, mas convicto de que a aposta que fazíamos no futuro, de melhoria das condições de trabalho e, com isso, da oferta educacional, traria resultados que compensaria aquilo que nós abdicávamos naquele momento.

Para que se estabelecesse a LOPEB não foi alterado o valor total que era gasto com folha de pagamento naquela ocasião, cerca de 14 milhões a 15 milhões de reais na folha de pagamento mensal. O que nós fizemos foi socializar esse recurso de maneira a garantir aquilo que eram os princípios derivados lá da I Conferência de Educação.

Com isso, quero primeiramente dizer de que é inverdade os argumentos usados pelo Executivo atual de que a inclusão da carreira dos profissionais da educação, de técnicos e funcionários, tenha alterado, melhor dizendo, tenha implicado num maior gasto, numa maior despesa num sentido de desproporcionalidade como nós tínhamos antes. Não é verdadeiro isso, até porque para que nós tivéssemos as condições de implantar carreira, foi mantido aqueles recursos que eram disponíveis pelo Estado naquela ocasião.

Hoje, Deputado, 10 anos depois, estou encarregado de fazer essa avaliação no sindicato, escrever um artigo para a revista *Novos Rumos*, que é uma publicação trimestral do nosso sindicato, tive que recorrer para algumas pesquisas, entre elas a do SAEB. Os dados do SAEB-Sistema de Avaliação da Educação Básica em Mato Grosso são cada vez mais preocupantes. Os nossos alunos da 4ª série, que são avaliados na 4ª, 8ª e 3º ano, os nossos alunos na 4ª série, no quesito Língua Portuguesa, têm um domínio de conhecimento de aproximadamente um terço daquilo que é expectativa para os alunos dessa faixa etária, nesse estágio de desenvolvimento educacional.

Por incrível que pareça, os dados demonstrados de 97, 99, 2001, já que ele é realizado a cada dois anos, os dados de 2003 ainda não os temos, a cada uma dessas avaliações nós vamos tendo uma redução cada maior nos coeficientes de aprendizagem. Se nós formos traduzir isso para as notas que são praticadas na escola, em média, os alunos nosso de 4ª série teriam no ano de 2001, média de, aproximadamente, 3,2. Na Matemática não é diferente, seria em torno de 2,7. Na 8ª série temos até uma pequena melhoria, mas mesmo assim, 70% dos alunos teriam notas menores do que cinco! Estariam entre cinco e zero, 70% dos alunos do sistema educacional de Mato Grosso. E no 3º ano, onde nós temos algum ganho, cerca de 60% dos alunos têm aproveitamento menor do que os cinco, que seria a média, o ponto mediano na escala de avaliação que nós temos.

O que mais nos preocupa é que nós estamos num processo crescente de depreciação das condições de aprendizagem. Isso é resultado, por um lado, das péssimas condições que os profissionais da educação vem enfrentando, principalmente, o grande contingente de professores interinos, que não têm as condições mínimas para dedicar-se integralmente à atividade docente numa única escola, que não detém o direito a hora/atividade para a preparação, a elaboração de material didático para estudo no sentido de aprofundar. Cerca de 1/3 dos professores, hoje, em sala de aula são contratados, temporariamente, embora tenhamos tido dois concursos de 1998 para cá. É consequência do modelo pedagógico da organização curricular praticada hoje no Estado, onde o que se privilegia é a escolaridade, entendendo que a escolaridade é unicamente a preocupação em garantir o mínimo de 800 horas e de 200 dias letivos. Quer dizer, da permanência do aluno na escola, sem levar em consideração o fenômeno da aprendizagem. É consequência da escassez...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2004, ÀS 15:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Só um minuto, Sr. Júlio César. O telefone me atrapalhou...

Eu gostaria que o senhor voltasse a esse modelo pedagógico...

O SR. JÚLIO CÉSAR MARTINS VIANA - O modelo pedagógico que nós temos, nós migramos no Estado de um modelo, que era um modelo seriado que, na minha concepção pedagógica - e a Pedagogia tem diversas correntes de pensamentos, é muito plural - eu diria de que há uma diversidade muito grande, embora não haja grande divergência, porque todas essa diversidade tem como finalidade garantir a aprendizagem. Mas a seriação, que nós estamos buscando superar no segmento da educação brasileira, é um processo de ciclos. Em Mato Grosso tem tido uma grande distorção. Nós tínhamos até mais ou menos no ano 2000 a escola organizada, o Ensino Fundamental em 8 séries, durante 8 anos. A partir de 2000 se constituiu o que está se chamando no Estado de escola ciclada, mas que não corresponde ao princípio filosófico e de fundamentação didático-pedagógica daquilo que é comumente chamado de ciclo no contexto acadêmico da Pedagogia. Nós passamos, ao invés de ter uma seriação de 8 anos, nós passamos a ter três etapas de seriação de três anos. Ou seja, nós temos três ciclos no ensino fundamental, sendo cada um com três fases. Então, nós continuamos tendo uma seriação.

A crítica à seriação vem de uma discussão desde 1956, ocorrida no processo de produção industrial. A produção em série é um sistema de baixa responsabilidade, no qual quem produz não tem o controle completo sobre o processo de produção, portanto, ele não tem condições nem de aferir o resultado do seu trabalho, e no processo industrial, as perdas por mau manuseio na fabricação chegam a uma cifra em torno de 34% a 37%, por isso a *Toyota*, depois a *Volvo*, na Suécia, mudaram o seu sistema de produção para o de ciclo, tendo em vista que no ciclo o trabalhador passaria a ter o controle sobre o processo mais amplo de produção, se envolvendo de maneira mais intensa e buscando se responsabilizar, se comprometer com todos os procedimentos necessários para garantir uma produtividade maior e uma eficiência e qualidade no produto. Quanto menor é o processo de seriação, maior é o resultado no processo industrial. E o processo educacional não é diferente do processo industrial nesse sentido, infelizmente.

Então, ao trazer essa questão da escola de fases, nós apenas precarizamos ainda mais a seriação que nós tínhamos. Um grande problema é que o aluno, entre a primeira, a segunda e a terceira fases, ele não pode ser retido, quer dizer, não se pode reparar os erros, mesmo pedagógicos, ou o mau aproveitamento que o aluno teve durante esses três anos. Há uma progressão automática desse aluno, com isso nós temos tido uma queda muito grande no coeficiente de aprendizado do nosso aluno, tecnicamente chamado de proficiência, nível de proficiência, que é medido pelo SAEB, e a tendência é aprofundar mais ainda.

E esse processo de organização pedagógica, embora haja crítica, embora haja uma formulação do Conselho Estadual de Educação contrariando aquilo que está sendo praticado pela Secretaria de Educação, ele continua sendo mantido. Somando isso ao fato de um terço, mais ou menos, de um terço a 40% de profissionais da educação não terem condições efetivas para se prepararem, introduzirem material didático suficiente para desenvolverem suas atividades docentes, acrescentando a ausência de novas tecnologias que propiciem um aproveitamento maior do tempo escolar, nós estaremos, cada vez mais, num processo de precarização da aprendizagem, de forma sempre mais aprofundada.

Sobre essa questão das novas tecnologias, a sociedade nunca avançou tanto na circulação da informação. Se nós pegarmos um professor de Língua Portuguesa com cinco horas aulas semanais, dessas cinco aulas, quatro horas ele passa apresentando para os alunos no quadro o conteúdo que esses alunos têm que copiar. E apenas em torno de 20% desse tempo ele vai dialogar com os alunos e refletir sobre as questões que foram apresentadas. Quer dizer, a circulação da

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2004, ÀS 15:00 HORAS.

informação, que é o que temos de mais ágil na sociedade, na escola ainda é feita como há cinco séculos.

Comenius, considerado o pai da Pedagogia, já falava no quadro e no giz lá no século XV, entrando no século XVI, e esse ainda é o principal instrumento pedagógico que nós temos no processo produtivo educacional. Isso implica em quê? Num momento em que as informações circulam com muita rapidez, o conhecimento é nada mais, nada menos do que a sistematização dessas informações, de forma a aplicá-las no cotidiano.

Agora, só é possível sistematizar essas informações se dialogarmos com elas, se refletirmos sobre elas, se debatermos sobre elas. Tempo, para isso, não tem ocorrido na escola.

Então, nós estaremos sempre aprofundando cada vez mais essa situação. Nesse sentido, nós temos também - e eu tenho acompanhado - uma certa ação desmotivadora por parte das políticas salariais, em conseqüência das políticas salariais com os profissionais da educação. Os melhores quadros, os mais capacitados, eles terminam optando por buscar no mercado de trabalho outras oportunidades, em outras áreas, tendo em vista a baixa remuneração que é oferecida para a educação.

Posso ilustrar isso com a minha situação: em janeiro de 1990, eu era professor interino, com formação de nível médio, e o meu salário era equivalente a 5,6 salários mínimos. Hoje, depois da LOPEB, com a progressão que foi possível da minha carreira, concluído o ensino superior, estou na penúltima referência da carreira, tenho formação de nível superior, e ante o aumento do salário mínimo para R\$260,00, o meu salário é de 4,1 salários mínimos. Eu tive progressão na carreira e regressão no poder de compra. E essa situação vai se agravando cotidianamente. A última lei aprovada sobre salário aprofunda ainda mais isso, porque 7,47% correspondem apenas a aproximadamente um terço da inflação do período que ela buscou reparar.

Por outro lado, a sociedade tem produzido cada vez mais. Em 1994, o Produto Interno Bruto, a renda *per capita* de Mato Grosso era um quinto do que é hoje. O Produto Interno Bruto de Mato Grosso era cerca de três bilhões e quatrocentos milhões de reais; no ano de 2000, já era de treze bilhões e cinco milhões de reais. Estimamos que hoje seja em torno dos dezoito bilhões.

Pelos estudos realizados pelo IBGE, os servidores públicos de Mato Grosso contribuíram com 16% das riquezas geradas no Estado. A educação corresponde, aproximadamente, a 9,5% do conjunto dos servidores públicos no Estado.

Na nossa estimativa, considerando um Produto Interno Bruto de treze bilhões e cinco milhões de reais no ano de 2000, só a educação produziu um bilhão e três milhões de reais, aproximadamente, para as riquezas de Mato Grosso.

Se nós formos avaliar os recursos que foram despendidos para pagamento de pessoal, não chega a um terço disso. Nós temos tido um processo perverso de distribuição de riqueza em Mato Grosso, ou, melhor dizendo, de acumulação de riqueza em Mato Grosso. As riquezas que nós temos gerado, mesmo aquelas que nós tínhamos acumulado antes, nós estamos tendo que nos desfazer delas agora para podermos continuar sobrevivendo.

Nós entendemos que a discussão feita agora tem que apontar para o futuro, no sentido de repararmos todo esse passado. Sabemos que não pode ser feito numa única ação no presente, mas nós temos, em cada ação nossa no presente, que ser capazes de reverter essa situação no passado e criar uma perspectiva de futuro.

Por isso, primeiramente, naquilo que está sendo discutido dentro do grupo de trabalho, nós somos contrários a qualquer reformulação atualmente na LOPEB, porque já conhecemos quais são os propósitos do atual governo estadual, muitos deles por capricho pessoal, que eu não diria que é do Governador, mas de pessoas que fazem parte do *staff* da Secretaria de

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2004, ÀS 15:00 HORAS.

Educação e têm o capricho de alterar isso até por se sentirem ameaçadas na sua vaidade pessoal, por todo esse processo que foi vivido anteriormente.

Dentro desse aspecto, nós sabemos que a correlação de força e o cenário político e histórico neste momento não é para nós alterarmos a LOPEB no sentido de avançar, e os trabalhadores, com certeza, reagirão a isso. E a pior reação que nós podemos ter é a desmotivação ainda maior do que nós já temos hoje, precarizando ainda mais essa situação.

O segundo aspecto tratado na comissão, no grupo de trabalho, é de extrema relevância, não só para o presente como para o futuro. Nós temos uma perda muito grande dos profissionais da Educação atingidos por doenças profissionais. As doenças profissionais da Educação são pouco sistematizadas em Mato Grosso, mas nós precisamos nos prevenir disso. Pensamos de que a melhor solução, nesse caso, seria buscar junto às instituições que mantêm pesquisa na área de segurança e saúde do trabalho, para que venham fazer os mapas de risco, para que venham identificar dentro dessas relações de trabalho quais são as atitudes que propiciam e as que precarizam as condições de saúde, não só do ponto de vista da sanidade física, mas, principalmente, da sanidade mental.

O estudo realizado pela UNB, há cinco anos, pelo Laboratório de Psicologia do Trabalho entre os trabalhadores da educação, inclusive de Mato Grosso, nos preocupa muito, porque aponta que cerca de 86% dos profissionais da educação sofriam de algum distúrbio de ordem psíquica, e esses distúrbios eram ocasionados pelas suas relações de trabalho.

E para isso, para que Vossa Excelência pudesse aprofundar, como tem demonstrado o seu interesse por diversas ações, eu ousaria sugerir a leitura do livro *Educação, Trabalho e Carinho*, que foi publicado como resultado desse estudo pela Editora Vozes. Esse livro estava esgotado, não sei se houve uma reedição, mas se houver interesse de Vossa Excelência, nós poderemos buscar um exemplar, porque nele é demonstrado o aspecto do profissional da educação que é, muitas vezes, desconhecido e que é de extrema relevância para discutirmos a questão educacional.

Portanto, nós sugerimos, nesse sentido, Sr. Deputado, Sr^a Deputada, a composição de um grupo de estudo com a Universidade Federal de Mato Grosso, com o coletivo de saúde do trabalhador mantido por aquela universidade, com a Universidade de Cuiabá, com a UNIVAG, que também tem curso de Medicina e, provavelmente, deve ter pesquisadores nessa área e que poderiam, inclusive, somar-se à própria UNB, ao Laboratório de Psicologia do Trabalho, pelo estudo já realizado ou à UNICAMP, que também tem um Centro de Estudo dessa área.

Por último, na questão da...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Só um minuto, Sr. Júlio César.

É sobre as universidades...

O SR. JÚLIO CÉSAR MARTINS VIANA - As universidades de Mato Grosso, tanto a UFMT como a UNIC, que mantêm curso de medicina e têm profissionais pesquisadores nessa área...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - A UNB...

O SR. JÚLIO CÉSAR MARTINS VIANA - A UNB que tem lá o Laboratório de Psicologia do Trabalho, tem esse estudo que é considerado o mais extenso já realizado em todo o universo. Nunca nenhuma categoria foi pesquisada com um número tão grande de pessoas. Foram quarenta e três mil trabalhadores da educação em todo Brasil.

O segundo maior estudo, para nós termos uma idéia, são os carteiros da Inglaterra que são quatro mil e duzentos - para nós vermos qual foi a extensão desse estudo. Também temos a UNICAMP que mantém uma equipe de pesquisa na área da segurança do trabalho e doenças ocasionadas pelas relações de trabalho.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2004, ÀS 15:00 HORAS.

Em terceiro lugar vem a questão da recomposição salarial. Nós apresentamos, aqui nesta Casa, reafirmamos num documento enviado para esta Comissão da Assembléia Legislativa, para a Secretária de Educação e para o Governador, entre outras autoridades, a nossa proposição de recomposição salarial para os próximos três anos. Permitam-me repiti-la: nós estamos propondo que a cada outubro nós reparemos a inflação presente, considerando os doze meses que antecedem o mês de outubro, ou seja, de outubro a setembro de cada ano.

Portanto, em 2004, 2005 e 2006, nós teríamos a inflação do período conforme o INPC. As perdas passadas seriam incorporadas, além disso, concomitante a essa reposição do presente, conforme o crescimento da arrecadação do Estado num prazo até 31 de dezembro de 2006. Entendemos que desta forma, pode até ser que não tenhamos condições, até admitimos que podemos não ter condições, embora não seja isso que os dados econômicos têm demonstrado sobre o crescimento da economia em Mato Grosso de reparar todas as perdas dos últimos dez anos. Mas, com certeza conseguiríamos avançar significativamente apontando para um futuro que seria muito melhor, principalmente, num cenário que nós temos agora, em que 80% dos atuais profissionais da educação deverão estar concluindo seu tempo de carreira nos próximos cinco anos. Sem que nós criemos uma carreira atraente, os jovens, aqueles que deveriam fazer a reposição desse pessoal não se sentirão atraídos suficientes para dar continuidade a essa grande conquista que a população de Mato Grosso já tem de ter um quadro de profissionais da educação, em que cerca de 74% já têm formação de nível superior ou de pós-graduação.

Encerrando, Sr. Deputado, o grupo de trabalho já é instituído pela Lei Complementar nº 49. É o Fórum Estadual de Educação. Nós entendemos que o não encaminhamento do Fórum Estadual de Educação não é um simples desrespeito às leis que foram formuladas por esta Casa e que foi vontade, não só da maioria dos representantes do povo aqui, mas dialogada com a sociedade na I Conferência Estadual de Educação, realizada aqui em 1997.

O Fórum Estadual de Educação é o espaço ímpar para que toda a sociedade possa estar se co-responsabilizando pela política educacional, partilhando com o Estado, com o Poder Público, não só do Legislativo como do Executivo, a responsabilidade para garantir para esta geração e para as próximas as condições de se inserir no mundo da modernidade.

Uma política educacional não pode ser composta somente de um projeto político pedagógico, e para desenvolver esse projeto político pedagógico precisa de uma proposta de recursos humanos, de pessoal.

Portanto, nós entendemos que o espaço para dialogarmos sobre isso é o Fórum Estadual de Educação. E o resultado disso seria a Conferência Estadual de Educação, mas, infelizmente, não houve aqui em Mato Grosso os encaminhamentos necessários nos dois anos deste Governo para que se concretizasse esse fato.

Então, nós esperamos também continuar esse debate no contexto do Fórum Estadual e na perspectiva da realização da Conferência Estadual de Educação, finalizada com a lei que seria o Plano Estadual de Educação em Mato Grosso. Penso que esta Comissão e este Poder terão um papel fundamental para que isso possa se concretizar. Agradeço a atenção que esta Assembléia Legislativa tem sempre dado aos trabalhadores da educação. Não poderíamos esperar que fosse diferente, tendo em vista a compreensão - mesmo na divergência que sempre houve - de que este era o espaço democrático pela sua pluralidade, principalmente democrático, pelo acesso que tem sempre sido garantido àqueles que buscam aqui soluções para os problemas da sociedade.

Quero agradecer, em particular, a esta Comissão de Educação que também me deixa muito otimista, que sob a nossa Presidência tem dado uma outra dinâmica ao cenário de discussão da questão educacional dentro do Poder Legislativo.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2004, ÀS 15:00 HORAS.

Esperamos poder contribuir e ser interlocutores tantas quantas forem as vezes que esta Casa, esta Comissão, entender ser necessária a nossa contribuição. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Comunico a presença do Deputado Mauro Savi, membro da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social.

Quero estender a palavra aos demais membros do SINTEP. Alguém mais quer fazer alguma colocação?

Presidente, eu pude observar que o senhor, em rápidas pinceladas, fez o histórico da educação de Mato Grosso. É muito importante para que nós possamos também navegar juntamente com os profissionais da educação num assunto que, às vezes, passa aqui muito rapidamente. Seria muito importante que todos nós conhecêssemos com mais profundidade todos esses caminhos.

Eu sei que o senhor sintetizou o máximo possível a sua fala, mas pelo menos me deu uma visão ampla da questão, da luta, do norte que o SINTEP está enxergando, da visão disso, porque não pode ser a curto prazo, não pode ser também a médio e nem a longo prazo. Tem que ter soluções rápidas e soluções mais demoradas, mas tem que começar um processo. E aí, fundamentalmente, a questão da mudança da LOPEB é uma questão...

Eu li o seu documento várias vezes desde que recebi. A questão da mudança da LOPEB é uma questão, ao ver a educação de Mato Grosso, intocável, porque eu participei dessa luta, eu sei que foi muito difícil, foi tirada a força essa lei, com a qual concordo plenamente.

Restabelecer o Fórum Estadual de Educação seria primazia para discutir um assunto tão sério, porque nós estamos fazendo o quê? Nós estamos querendo ouvi-los para formatar uma política educacional para o Estado. Hoje, nós temos um governo; amanhã, não sei se teremos o mesmo. Mas a política tem que ser formatada para os profissionais da educação, para que não sofram essas retaliações de percurso de caminho. O que eu vejo na comissão que está discutindo essas questões lá na Secretaria de Educação - já participei de duas reuniões - é que nós vamos ser homologatórios nas decisões, porque a Assembléia Legislativa, nessa comissão paritária, tem dois membros. A metodologia, a organização, as formas e a apresentação dessa proposta vão nascer da Secretaria.

Como Presidente da Comissão, nós temos que ouvir todos. Este documento aqui eu vou apresentar - não sei se o senhor já encaminhou lá para a Secretaria - como um documento que o SINTEP encaminhou à Comissão de Educação da Casa. Eu vou tentar, da forma possível, avançar nessa discussão dentro desta perspectiva que nós também defendemos. É fácil buscar esses 77,71%? Não! Essa reparação de perdas é uma coisa complicada, mas pelo menos está delineado aqui um objetivo. Como o senhor disse, é preciso democratizar essas relações, pelo menos se buscar esse objetivo.

Então, vou levar essa questão, vou discutir aqui com a Comissão, formatar também um documento e apresentar lá na reunião paritária.

Com relação à Conferência Estadual de Educação, ao trabalho com a Universidade Federal de Mato Grosso e outras entidades educacionais, eu acho interessante que façamos aqui um trabalho paralelo. Nós temos isso em mãos, porque nos daria, não só na questão da saúde, mas principalmente nessa questão educacional, pelo menos uma alternativa de proposta lá naquela comissão.

Então, da minha parte, agradeço a vinda do presidente do SINTEP aqui, pela sua fala, pela sua contribuição. Nós queremos ouvi-lo mais. Nós estamos vivendo aqui um período um pouco complicado, o senhor sabe disso, porque é período eleitoral, de muitas viagens, de muitas arrementações. Nós queremos ouvi-lo e também colocá-lo a par do que está sendo discutido lá.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2004, ÀS 15:00 HORAS.

Eu quero trazer na próxima reunião um resumo do que já foi feito lá - eu não sei se o senhor tem isso - para que possamos discutir aqui também na Comissão.

Então, eu deixo em aberto para quem quiser fazer uso da palavra. A Deputada Verinha Araújo ausentou-se, foi ao plenário. Se alguém quiser fazer alguma consideração, a palavra está aberta.

O SR. JÚLIO CÉSAR MARTINS VIANA - Só para fazer uma consideração, sugerindo, até pegando como referência o que já aconteceu no Congresso Nacional. Já foi realizado no âmbito do Congresso Nacional duas conferências nacionais de educação, ambas foram conduzidas pela Comissão de Educação do Congresso Nacional. Portanto, o que eu gostaria de sugerir era a avaliação por esta Comissão, no sentido de levar ao Poder Legislativo, até em função do que estabelece o capítulo da educação da nossa Constituição, a sugestão da realização de uma conferência estadual de educação. Não seria nada absurdo tendo em vista que o próprio Congresso Nacional já foi por duas vezes o condutor de uma conferência nesse sentido. Sugiro isso à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Muito obrigado. Está anotado.

Nós já convidamos o Presidente da Comissão de Educação da Câmara, o Deputado Federal Carlos Abicalil. Ele deverá estar aqui conosco na próxima reunião. Qual é a idéia? A idéia é nós fazermos um trabalho conjunto, que poderá nos ajudar nessa conferência estadual. É uma boa sugestão. Mais alguma coisa?

O SR. JÚLIO CÉSAR MARTINS VIANA - A nossa próxima revista está para sair nesses próximos trinta dias. O senhor recebeu o número anterior?

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Recebi. Quero agradecer e gostaria que o companheiro me conseguisse este livro *Educação, Trabalho e Carinho*. Muito obrigado.

O SR. ORLANDO FRANCISCO - É só um lembrete, rapidamente, com relação a essa situação da questão educacional que está sendo discutida num trabalho, não sei se a iniciativa é das escolas aqui em Cuiabá ou se é da própria Assembléia Legislativa, nas visitas dos alunos tanto da rede pública quanto da rede privada aqui na Assembléia Legislativa. Nós temos ouvido muito através dos próprios alunos, eu não consigo me...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - É o Programa por Dentro do Parlamento.

O SR. ORLANDO FRANCISCO - É.

Então, o que nós temos ouvido dos alunos é que existe uma fala direcionada a esses estudantes de que há um descompromisso do SINTEP com relação à discussão do PPA, inclusive com relação à discussão do próprio grupo de trabalho que foi instituído pelo Governador.

E, ontem de manhã, para nossa surpresa, a minha filha participou dessa visita aqui na Assembléia Legislativa e ela ouviu aqui, na Assembléia Legislativa, essa fala. Eu não consigo lembrar o nome da pessoa que conversou com esse grupo de alunos e que colocava que há uma busca incansável por parte do Poder Legislativo e por parte do Governador e que há um certo descompromisso, um certo distanciamento por parte do SINTEP nessa discussão do PPA e na discussão do grupo de trabalho.

E aí a minha filha disse: "O meu pai é do SINTEP e eu vou contar para ele que isso está acontecendo". Então, a partir daquele momento, a discussão com os alunos foi outra, as informações foram outras. Não sei se o Deputado tem conhecimento disso, aliás, eu não tinha nem socializado com os companheiros da diretoria...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Tem o professor Ival que há uns quatro anos faz esse trabalho para a Casa. Aliás, esse é um trabalho do Deputado Riva, uma

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2004, ÀS 15:00 HORAS.

idéia do Deputado Riva, de trazer os estudantes para conhecer a Assembléia Legislativa. E, normalmente, o que ocorre? Eles descem de ônibus aqui na porta, o primeiro Deputado que for passando, a primeira pessoa - eu mesmo já fui pego várias vezes - para falar para os alunos. Não tem nada preparado. Normalmente, quando me convidam, eu falo da importância de estudar, falo do mercado de trabalho, falo do MERCOSUL, falo do vestibular. E dou aquele choque, eu tenho filho adolescente, então eu procuro dar aquele choque mostrando a necessidade de estudar.

Cada Deputado aqui deve falar alguma coisa, porque eles ouvem... Agora, eu nunca tinha ouvido falar nisso. É a primeira vez que eu estou tendo conhecimento, mas, pelo menos, não há uma coisa organizada: "Não vamos falar isso para os alunos, não!". A idéia do Programa Por Dentro do Parlamento é que eles conheçam a Casa, conheçam os Deputados, conheçam a estrutura do Poder Legislativo, o que faz o Poder Legislativo. E, a propósito, nós estamos apresentando um projeto de lei, que é o Parlamento Mirim. Já foi criado o Parlamento Mirim e nós vamos instituir o Parlamento Mirim pelo menos uma vez por mês para as crianças virem aqui desempenhar o papel, fazer um projeto.

Agora, essa fala deve ser uma fala isolada de alguém e você sabe como é que é isso, aqui... Mas não existe nada focado, até porque eles pegam o primeiro que vai passando pelo corredor. Se não tiver um Deputado, fala um funcionário, fala alguma pessoa, mas não há um foco, não há uma metodologia, não há nada direcionado nesse sentido, professor.

A SR^a MARIA LUZENIRA BRAZ - Deputado, eu faço parte do Conselho Estadual de Educação e lá nós estamos debruçados nessa questão que o Júlio apontava a respeito da forma de organização da escola ciclada. Nesse momento, as escolas do Estado têm que estar encaminhando para o Conselho o seu pedido de autorização de funcionamento, até porque desde quando se implantou, elas fizeram de uma forma que não foi por opção da escola, foi um pouco por determinação da própria Secretaria e agora nós estamos nos debruçando nessa regularização. Em função disso as escola têm se pronunciado a respeito, feito um relatório, um memorial de como foi o processo de implantação, bem como relatando as dificuldades para fazer isso. Infelizmente, eu estou com dez processos, todos eles colocam essa angústia de não estar entendendo, inclusive, querendo sair dessa tal escola ciclada. Coloca todos os empecilhos, a ausência do acompanhamento por parte do Estado, a ausência do material elaborado, o mais apropriado, enfim.

O que nós vamos estar colocando e remetendo também para a Comissão de Educação da Assembléia Legislativa todo esses levantamentos, esses dados que a escola está encaminhando para que possamos estar trabalhando no sentido da conferência, de estar discutindo as diretrizes para o Estado de Mato Grosso. Aproveitando agora, por ocasião da audiência, no dia 22 de abril, eu protocolei junto a esta Comissão uma situação da Escola Sarita Barcat, no Município de Várzea Grande.

Quero informar que até o presente momento a escola ainda continua naquela mesma situação. Então...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Professora, vai ser a primeira escola que a Comissão vai visitar.

A SR^a MARIA LUZENIRA BRAZ - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - A Escola Sarita Barcat, nós recebemos o seu relatório.

A SR^a MARIA LUZENIRA BRAZ - Exatamente, nós protocolamos aqui.

Então, a Secretaria até neste momento ainda não se posicionou, não resolveu nenhuma daquelas coisas básicas ali.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Inclusive, professora, há informações de pessoas que mexem com drogas, estão com um foco muito grande naquela escola.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO CULTURA, DESPORTO E
SEGURIDADE SOCIAL, REALIZADA NO DIA 16 DE JUNHO DE 2004, ÀS 15:00 HORAS.

Eu tive a oportunidade de falar com um delegado da Polícia Federal, parece-me que há um trabalho lá, nós não podemos divulgar porque também não sei. Mas há um trabalho profilático lá nesse sentido, ouviu? É uma das escolas que é um assunto muito sério isso daí.

Então, nós podemos encerrar. Agradeço o Sr. Presidente pela sua vinda com a equipe e quero dizer que eu vou conversar com a jornalista, vou pedir para que ela lhe ligue, para falar com o senhor sobre essa matéria.

O SR. JÚLIO CÉSAR MARTINS VIANA - Nós gostaríamos que a Assembléia Legislativa, não que fizesse uma retratação, mas...

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Eu gostaria, Sr. Salvador, que o senhor entrasse em contato com a jornalista Maria Nascimento...

Essa matéria, o Presidente discorda, ele não falou nesses termos, e que ela entrasse em contato, coloque o telefone dele, para ela entrar em contato, para retificar essa matéria...

O SR. JÚLIO CÉSAR MARTINS VIANA - E isso teve repercussão inclusive no Congresso, Deputado. Teve repercussão no Congresso, hoje, no Ministério da Educação já fui notificado de lá. E as declarações estão aqui e, quem conhece toda a trajetória, todas as declarações e todos os princípios defendidos pelo Sindicato, elas são inversamente daquilo que poderia ser declarado por nós.

Agora, quero agradecer a todos, principalmente aos funcionários da Casa. Foi um prazer estar com vocês.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Declaro encerrada esta audiência.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Aedil Lima Gonçalves;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
- Revisão:
 - Laura Yumi Miyakawa;
 - Nilzalina Couto Marques;
 - Ana Lúcia Bigio;
 - Ila de Castilho Varjão.